

Resenha do Livro: CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007.

Débora Dutra Vieira*

Escrever sobre a história, independentemente do objeto ou do período estudado, implica um desafio: não ceder à tentação de compreender o passado a partir do presente e permitir que as fontes revelem os subsídios para a interpretação, mesmo que elas conduzam a análise para uma direção não imaginada [ou não premeditada].

Pensando especificamente em uma história do turismo no Brasil, o pesquisador que aceita esse desafio esbarra em algumas circunstâncias limitantes, como a rala literatura que trata do assunto e dois aspectos que atravessam essa tímida produção: por um lado, a falta de rigor metodológico e a negligência em relação aos procedimentos pertinentes a essa área do conhecimento; por outro, a pouca importância dispensada pelos historiadores ao fenômeno turístico, esvaziando-o de qualquer relevância ou singularidade no quadro das transformações sociais, econômicas e culturais da sociedade moderna pós-industrial.

Em *Uma pré-história do turismo no Brasil*, Haroldo Leitão Camargo (1) passa ao largo dessas armadilhas conceituais e mantém-se fiel aos princípios da escritura da história; o autor conduz o texto como um mediador crítico entre suas fontes e o leitor, e trata seu objeto com sobriedade, buscando suas particularidades sem forçar analogias ou situações.

A primeira pista para o resultado dessa busca é dada pelo próprio título do livro, uma vez que, até meados dos oitocentos, a história do turismo no Brasil é contada a partir de uma “não realidade”. Já na introdução, o autor chama a atenção para o fato de que a atestação de práticas efetivamente turísticas passa pela constatação de condições, usos e sistemas bem definidos e organizados, os quais inexistiam no Brasil até 1850.

A análise, então, se volta para a história de um fenômeno que, a rigor, ainda não existia – embora muitos insistam em buscar origens antiqüíssimas para o turismo. Portanto, o que encontramos aqui é um esforço de compreensão para buscar e explicar a gênese do turismo no Brasil, detectar elementos que evoluíram na direção do turismo, mas que, no período focado, ainda não se caracterizavam enquanto tal.

Por meio de um permanente diálogo entre autor, fontes e leitor, o livro constrói um quadro das condições de viagem, de hospedagem, de moradia, de consumo, dos usos e dos costumes da corte, da aristocracia e da gente do Rio de Janeiro desde a chegada da família real, em 1808, até a extinção do tráfico de escravos, em 1850, quando o autor detecta um efetivo rompimento da estrutura tradicional, pré-industrial.

Articulado em sete capítulos, o texto é guiado pelas viagens para e pelo Brasil, um dos eixos do trabalho, que, embora transversal, perpassa quase todo o livro. As observações não são compartimentadas, mas se apreendem como elementos, ao mesmo tempo, factuais e estruturantes. O exame da massa documental que se inicia com a travessia transoceânica do Príncipe Regente tem nela, simultaneamente, significado de ruptura e continuidade.

Ruptura porque a presença de Dom João e da corte no Rio de Janeiro, de fato, transformou o estatuto colonial – tendo em conta as peculiaridades do Antigo Regime – e tornou a cidade o centro do império português, introduzindo outros hábitos, entre os quais as viagens como recreação, ainda que num pequeno perímetro espacial. Ademais, a presença de estrangeiros além dos cortesãos – britânicos principalmente, que inventaram o turismo –, nos faz conhecer também os lazeres burgueses. Isso porque, se ainda não há condições para turismo no Brasil, não se passa o mesmo na Europa. (Aí está o núcleo do trabalho, apoiado em sugestões metodológicas de imitação e distinção social, no consumo, nas relações entre luxo e capitalismo e numa certa noção de processo civilizatório com todas as suas contradições, sem escamotear a exclusão social delas decorrentes.)

A viagem inicial de Dom João também traz consigo elementos de continuidade, traduzidos nas condições de viagem para os passageiros desde o século XVI, visto que permanecem assustadoramente desconfortáveis e perigosas. É o que nos falam as personagens, muito distintas entre si, alinhadas na coleta crítica que o autor faz dos textos, numa diacronia que percorre trezentos anos. Daí a inferência de que as transformações nas condições de viagem só poderiam ser identificadas a partir da segunda metade do século XIX. Todavia, sem condições reais para o turismo no Brasil na época tratada, como se teria constituído um viés tão persistente e profundamente vincado que associa – descontado o anacronismo – viagem e turismo? A resposta, o historiador a vai encontrar no romantismo literário. Uma ilação para essa permanência poderia ser a apropriação da origem e da construção histórica dessa associação e o seu desdobramento em revistas, novelas e filmes, nas aventuras transfiguradas em espetáculo pela comunicação de massa.

Feito o corte temporal, o livro continua recorrendo às fontes primárias para subsidiar seus argumentos, seja o olhar estrangeiro, filtrado pelos relatos de viagem, pelos diários, correspondências e pela chamada literatura dos viajantes – que acabam elegendo e construindo os atrativos brasileiros, moldados pelo viés do exótico e do pitoresco –; seja a percepção nacional, aferida da parca documentação disponível e da literatura aqui produzida naquele período.

O que se observa nesse caso específico é uma tentativa de traçar a gênese de criação dos atrativos no Brasil. Assim, os viajantes estrangeiros qualificam como atrativos exclusivamente os naturais, pois não havia espaço dentro do conceito clássico de cultura do século XIX para aquilo que atualmente chamaríamos de atrativos culturais, inclusive os de pedra e cal. Hierarquizados a partir de arquétipos europeus que, naquele momento, consideravam e enfatizavam as antiguidades greco-romanas, os olhares se voltam para civilizações antigo-orientais e, além do renascimento italiano, passam a valorizar os seus próprios remanescentes góticos. De fato, foi o “arsenal” europeu das artes plásticas e da literatura, subjacente e condicionador dos sentidos desses europeus, o responsável pela qualificação da natureza brasileira, pelo pitoresco e por suas singularidades, ou pelo estranhamento do outro, produzindo, assim, o exotismo. É o que fica empiricamente atestado.

O estudo, no entanto, não é orientado pela estrita cronologia ou por marcos históricos de natureza política, ainda que, nessas pouco mais de quatro décadas, o Brasil tenha se conhecido colônia, vice-reino, reino unido e país independente. A análise se desenvolve – e se sustenta – guiada por dois aspectos bem mais sutis e profundos: a idéia de tempo social e a organização do trabalho e do consumo.

No primeiro caso, parte-se do pressuposto de que só é possível estabelecer uma relação entre história e turismo a partir do momento em que é feita a passagem da noção de tempo das sociedades tradicionais para aquela das sociedades industriais, nas quais há uma clara separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Até a metade do século XIX, predomina no Brasil uma noção fluida de tempo, um tempo não subjugado pela rígida contagem das horas ditada pelo relógio, engrenagem emblemática das sociedades relacionadas à Revolução Industrial, e decisiva não apenas para a organização do trabalho, mas para a regulamentação do tempo do não trabalho, que envolverá o lazer, as viagens e toda a estrutura que irá se formar em torno dessa nova demanda social.

Junto à noção flutuante de tempo, a presença do trabalho escravo no Brasil é outro elemento fundamental e diferencial que singulariza aquela sociedade e determina seu ritmo. A escravatura, por sua própria natureza, constitui um obstáculo para o estabelecimento de um sistema de produção, organização e consumo turístico.

O turismo propriamente dito se constrói, enquanto fenômeno e prática, como atividade intrínseca às revoluções industriais, uma invenção social que só pode ser entendida e definida nesse contexto. No Brasil, a gradual adoção de certos costumes que convergiriam em usos turísticos, bem como as futuras práticas efetivamente turísticas, obedecem a essa lógica de forma muito peculiar: como europeização, como aceitação de um padrão cultural antes inexistente por meio da imitação e da adaptação de hábitos aristocráticos e, posteriormente, burgueses. É o caso da vilegiatura, do interesse pelas águas minerais e suas estâncias, bem como da procura por balneários marítimos.

Essas são práticas fundadoras pensadas como distinções sociais, compreendidas como motivações de origem, direito dos ricos e bem nascidos, o *otium cum dignitate*,

cujo conceito no âmbito das sociedades industriais não se deve confundir com os antigos costumes do Alto Império romano. São armadilhas para o entendimento que nos legaram os aristocratas britânicos, leitores e ardentes apreciadores dos clássicos, particularmente Virgílio, e que reproduziram nos seus hábitos aspectos dessa literatura poética a ponto de imaginarmos um processo temporal ininterrupto quando, na verdade, o que há é uma apropriação com a revivescência desses costumes por outros meios. Das suntuosas vilas no campo às viagens britânicas do *Grand Tour*, que em meados do século XVIII serão compartilhadas pelos europeus do continente, a demanda impulsionará a criação de oferta comercial, junto a outras facilidades e melhoramentos de infra-estrutura. O turismo se concretizará como prática social já nas primeiras décadas do século XIX. Na Europa, não no Brasil.

Não há, porém, somente defasagem de tempo. O autor não apenas reiteradamente adverte sobre as singularidades do espaço social brasileiro, mas nos leva a refletir também sobre a impropriedade de pensarmos o transplante integral e acabado para o Brasil dos processos históricos de sociedades onde há relações capitalistas mais avançadas.

Singularidades ou peculiaridades de um meio social – que é simultaneamente físico – com inclinações capitalistas, as práticas entre nós se revelaram dotadas, se não de originalidade, de diferenças notáveis. A vilegiatura, por exemplo. De retiro para o lazer em vilas luxuosas, realizado não necessariamente no verão e caracterizado pelo modelo aristocrático das residências urbanas, no Rio de Janeiro tornou-se, imperativamente, veraneio. E são as residências no campo, isoladas no lote, pouco refinadas, mas com cuidados paisagísticos e a presença de uns poucos escravos domésticos, que irão sugerir um novo modo de morar nos centros urbanos, até então dominados por casas geminadas, pouco ventiladas e salubres, alinhadas sem recuo às ruas. As requintadas vilas européias tornaram-se, no Rio, singelas “chácaras de passear”.

Quanto às águas minerais, são simples locais de “curismo”. Levarão muito tempo até atingir organização e investimentos para alcançar contornos de sítios adequados ao turismo. As praias como redutos de lazer e banhos de mar, são menos importantes. Não irão se constituir em balneários particulares e comercializados como os modelos

européus. Permanecerão públicas, e sua relevância enquanto demanda dependerá da implantação de um verdadeiro sistema de transportes urbanos. De qualquer forma, nada disso descarta os estrangeiros.

Mesmo a concepção de patrimônio, tão cara ao turismo contemporâneo, não escapa ao balizamento do olhar e das referências estrangeiras. Forjada no interior da sociedade industrial, tal como o turismo, a idéia de preservação de bens patrimoniais (materiais e imateriais) revela-se bem mais recente do que seu conceito pode sugerir, e se estabelece no Brasil como um valor e uma ação gerados pela assunção do caráter exuberante e pitoresco de nossos atrativos naturais; e pela busca por elementos de coesão, identidade nacional e de brasilidade – inspirada na ideologia cultural francesa pós-revolução – em relação aos bens construídos, ditos históricos (leia-se exclusivamente coloniais), como se verificará posteriormente por meio de uma política sistematizada de preservação.

Através de uma viagem para e pelo Brasil, particularmente o Rio de Janeiro, e entre recreações aristocráticas e lazeres burgueses, o livro aproxima o leitor do microcosmo social brasileiro, de uma história mais íntima que, se não revela o turismo de fato, faz conhecer um período de estranhamentos, contrastes, adaptações e assimilações que gradual e inevitavelmente levarão ao estabelecimento das práticas turísticas tal como as concebemos hoje.

Notas

(1) Doutor em História Social pela FFLCH/USP foi historiador do CONDEPHAAT; docente e coordenador de programas de graduação e pós-graduação em Turismo e Patrimônio. Editor da Revista Eletrônica *Patrimônio: Lazer & Turismo*, é autor do livro *Patrimônio histórico e cultural*, também publicado pela Editora Aleph.

Crédito

* Bacharel em História pela PUC/SP e pós-graduada em Turismo e Patrimônio, é coordenadora editorial da Editora Aleph.

e-mail: debora@editoraaleph.com.br